

Descortinando outra face do patrimônio rural paulista. PEREIRA, Eduardo Carlos. Núcleos coloniais e construções rurais. São Paulo: Ricardo Ohtake, 2006.

Fernando Atique*

Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil desenvolveu várias pesquisas sobre o universo da imigração. Muitas teses, vários artigos e alguns livros escrutinaram a contribuição dos imigrantes na formação da feição social, política e econômica do país. Em especial, deve-se comentar a ênfase dada pelos paulistas nesta produção acadêmica, já que o Estado de São Paulo foi o maior centro receptor de imigrantes do Brasil (EMPLASA, 2001)¹. Esta concentração de imigrantes, sobretudo de europeus, também foi percebida por muitos memorialistas e viajantes, que chegaram a exprimir ser mais fácil ouvir italiano do que português na cidade de São Paulo, no começo do século XX (PETRONE, 2001, p.127).

No final dos anos 1970, um jovem arquiteto e pesquisador atuante na cidade de Jundiaí, portal do interior paulista, desenvolveu um importante levantamento sobre a relação entre o poder público e os imigrantes na produção da arquitetura. Eduardo Carlos Pereira, em contato com o crítico e pesquisador Pietro Maria Bardi, e com o apoio da Fapesp, estudou o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, estabelecido em 1887 pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização, entidade organizada pelo Governo Imperial no ano de 1876. O trabalho desenvolvido por Pereira permitiu o levantamento métrico e fotográfico de uma das primeiras iniciativas estatais formuladas para a recepção de uma população que se inscrevia nos planos de desenvolvimento de uma agricultura mais competitiva, no estabelecimento de novas maneiras de produção e, também, no branqueamento da raça, fator perseguido, em especial, pelos paulistas. O estudo de Pereira alcançou repercussão já naqueles anos, sobretudo dentro do Museu de Arte de São Paulo, MASP, o qual, por intermédio de Bardi, abrigou um painel com as primeiras informações

sistematizadas sobre o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, como parte das atividades de comemoração do cinqüentenário do então SPHAN, em 1987. Tempos depois, Pereira, ao lado de Elizabeth Filippini teve seu estudo publicado num livro que visava celebrar o centenário da imigração italiana em Jundiaí.

O estudo de Eduardo Carlos Pereira, transformado em livro, em 1987, mesmo tendo sido mobilizado para as comemorações do cinqüentenário do SPHAN, parece não ter sensibilizado os gestores do patrimônio na salvaguarda da arquitetura rural. Causa estranheza pensar que muito embora a arquitetura rural destinada a imigrantes tenha sido incluída no âmbito das comemorações do SPHAN, nos anos 1980, até hoje ela ocupa papel secundário no rol de bens tombados brasileiros. Não se faz referência, aqui, aos solares, fazendas, engenhos, e capelas ligados ao mundo rural, tombados pelo IPHAN e órgãos preservacionistas irmãos há tempos, mas se procura discutir uma outra faceta daquele universo, conformada pelas casas dos trabalhadores em colônias de usinas de açúcar, em fazendas de café e em fazendas agropecuárias. Estas propriedades são, elas próprias, signos do trabalho rural, mas, paradoxalmente, se mostram numericamente desprezíveis nos inventários do patrimônio cultural brasileiro revelando, por um lado, que, a despeito de o Brasil ser (ainda) invocado como um país de caráter agro-exportador, não há, no país, um tratamento das edificações dos trabalhadores dessas propriedades: os bóias-frias, os lavradores, os vaqueiros etc.

Neste sentido, o trabalho de Eduardo Carlos Pereira é de extrema importância. Ao focar a formação dos núcleos coloniais paulistas, e, em especial, o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, ele não apenas mostra a relevância dos assentamentos oficiais na conformação de diversas povoações do Estado de São Paulo, mas ilumina a produção de uma arquitetura voltada ao abrigo de uma classe laboriosa que tem sido esquecida. O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí foi esmaecido na própria história da cidade de Jundiaí, pólo-industrial insistentemente citado por ser parte do pioneiro sistema ferroviário nacional. Mas, ao lado da “vocaçã” ferroviária da cidade, e, por diversas vezes,

relacionado a ela, estava a vida agrícola, especialmente aquela trazida no bojo da imigração. Enfocando uma modalidade de arquitetura e um modo de vida, até poucos anos, desprezados pela historiografia – o habitat rural –, o livro de Eduardo Carlos Pereira deflagrou, pelo menos no universo paulista, uma série de estudos que têm modificado a forma de se entender o próprio universo da imigração e sua inserção na produção. Dentre esses estudos, apontam-se os efetuados pelo arquiteto Vladimir Benincasa e o livro da arquiteta Gabriela Campagnol sobre os assentamentos habitacionais da indústria açucareira paulista, todos desenvolvidos na USP de São Carlos. Embora o assunto imigração e transformações da arquitetura já tenham sido estudados por pesquisadores do calibre de Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Debenedetti e Salmoni e por Walter Pires, sempre persistiu certa ênfase na produção erudita de arquitetura e, algumas vezes, no seu contraponto com as habitações designadas à classe trabalhadora. Estudos que dialogam com o desenvolvido por Pereira são recentes, como o de Lemos - *Casa Paulista* - de 1999, e o livro de Marcelo Ferraz sobre a *Arquitetura Rural na Serra da Mantiqueira*. Todos esses estudos, quando vistos em conjunto, constituem um mosaico da pluralidade da vida rural brasileira. Contudo, esses estudos ou investigam o que se convencionou chamar de arquitetura vernácula, ou analisam a estruturação de empresas agroindustriais. Neste sentido, o livro de Eduardo Carlos Pereira, reeditado em 2006, ainda é uma voz que soa sozinha no que concerne ao entendimento da arquitetura oficial destinada à recepção dos imigrantes.

O ímpeto pesquisador de Eduardo Carlos Pereira proporcionou que sua publicação dos anos 1980 fosse revista e ampliada, de forma a mostrar a inserção do assentamento jundiense no escopo dos núcleos coloniais paulistas. Esta nova parte do estudo de Pereira mostra como diversas localidades não só mantiveram relação íntima com os núcleos coloniais, como, ainda, acabaram por absorvê-los, passando, à contemporaneidade, a questionável noção de sua pouca contribuição ao desenvolvimento urbano. Como aponta Eduardo Carlos Pereira, cidades como Ribeirão Preto e Gavião Peixoto, no nordeste do Estado; São Caetano, no ABC; Cosmópolis e Artur

Nogueira, na Região Metropolitana de Campinas são, também, fruto da organização desses núcleos coloniais e da presença dos imigrantes que os habitaram.

Apresentando o estado da arte sobre estes núcleos, e analisando algumas razões para o estabelecimento desses assentamentos mesmo depois da implantação da República no país, Pereira valoriza, ainda mais, a atitude preservacionista das edificações, traçados e demais artefatos ligados à história da colonização do estado de São Paulo por meio dos núcleos coloniais.

Com relação ao núcleo jundiaense, o importante levantamento métrico-fotográfico que Pereira executou e que atualizou para esta nova edição de seu livro ajuda no entendimento não apenas da gestão da vida rural e das atividades que Jundiaí herdou a partir do núcleo – como o cultivo de uvas e a respectiva produção de vinhos e queijos –, como revela aspectos da própria urbanização da cidade e do desmonte da estrutura original do núcleo.

Documento imprescindível para quem lida com a memória do trabalho e com a preservação da arquitetura paulista, o livro *Núcleos Coloniais e Construções Rurais*, lançado no final de 2006, mostra como ainda é necessária uma reavaliação da política preservacionista brasileira, e, em especial, da paulista. Hoje, o território original de muitos desses núcleos ainda conserva importantes edificações. Em Cosmópolis, por exemplo, é possível encontrar a antiga escola alemã, edificação mais que centenária erigida em alvenaria de tijolos e pintada de amarelo, mas que corre o risco de desaparecer. Em Jundiaí, menos de cinco unidades do Núcleo Barão de Jundiaí ainda ostentam a arquitetura original como há mais de 100 anos. O livro de Pereira, mais do que uma contribuição à arquitetura e ao urbanismo, é um manifesto em prol da revisão da política preservacionista brasileira, pois se crê que àquele a quem compete o zelo e a salvaguarda da memória, o descortinar de um panorama tão rico quanto o mostrado por Pereira, não pode deixar de clamar por atenção e por investigação, promovendo, senão seu tombamento, como desejam muitos

cidadãos jundienses, ao menos sua documentação para que outros estudos possam vir a se apoiar no efetuado por Eduardo Carlos Pereira.

Referências Bibliográficas

BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830 – 1930*. São Carlos: EDUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

CAMPAGNOL, Gabriela. *Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar*. São Carlos: RiMa; São Paulo: Fapesp, 2005.

EMPLASA; ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Memória urbana: a grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial; Emplasa, 2001. 2 v.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura rural na Serra da Mantiqueira*. São Paulo: Quadrante, 1992.

LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

PEREIRA, Eduardo Carlos; FILIPPINI, Elizabeth. *Cem anos de imigração italiana em Jundiá*. São Paulo: Estúdio RO, 1988.

PETRONE, Pasquale. No cinturão em torno do centro da cidade, definiram-se várias pequenas Itálias. In: EMLASA; ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Memória urbana: a grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial; Emplasa, 2001. 2 v.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Notas

ⁱ De 1887 a 1900 entraram no Estado de São Paulo 564.800 italianos (EMPLASA, 2001, p.38).

* Arquiteto e urbanista e mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, São Carlos. No momento, finaliza tese de doutoramento em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo na FAU-USP, em São Paulo. Em 2004 recebeu o prêmio de melhor Ensaio Crítico no VI Concurso Jovens Arquitetos promovidos pelo IAB e pelo Museu da Casa Brasileira com o livro *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther*. É docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Francisco, campus Itatiba, desde 2003.